

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.836 - PA (2019/0300143-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : OMAR ADAMIL COSTA SARE
ADVOGADO : OMAR ADAMIL COSTA SARÉ - PA013052
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : OTACILIO JOSE QUEIROZ GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

OTACILIO JOSÉ QUEIROZ GONÇALVES alega ser vítima de constrangimento ilegal em razão de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, que manteve a prisão preventiva ao invés de conceder-lhe tratamento ambulatorial.

Neste *writ*, afirma a defesa, em síntese, que "surgiram fatos novos de absoluta relevância e gravidade os quais atinge tanto o estado de saúde mental quanto o estado de saúde física" (fl. 5) do paciente, consubstanciado no fato de que não há, no Estado do Pará, nenhum local (nem no manicômio e nem no presídio onde se encontra) com condições mínimas de prestar a devida assistência para o seu delicado estado de saúde do paciente. Assim, sustenta a necessidade de concessão da prisão domiciliar.

Em que pesem os argumentos externados pelo impetrante, **dois óbices impedem o regular processamento do habeas corpus**. O primeiro, como alertado pela própria defesa, refere-se ao fato de que às questões ventiladas nesta oportunidade não foram objeto de análise pelo Tribunal *a quo*. Tal circunstância, por si só, obsta o conhecimento da matéria por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Merece registro que o caráter *rebus sic standibus* da prisão provisória do paciente permite, diante da superveniência de fatos novos, a reavaliação quanto à adequação da medida coercitiva imposta, que estará sempre condicionada à necessidade decorrente da dinâmica dos fatos que lhe subjazem e, por isso mesmo, não preclui o poder judicial de adaptá-las às exigências do caso concreto e do respectivo momento processual. Há que se aguardar, portanto, eventual pronunciamento da instância de origem sobre a questão.

O segundo óbice é que no **HC n. 527.364/PA**, verifica-se

Superior Tribunal de Justiça

que a questão relativa à doença mental do paciente foi abordada nos limites do que ficou decidido na origem, ocasião em que, ao ser examinado o pedido de liminar, consignei:

Sob diversa angulação, a doença mental do acusado, sustentada pela defesa a fim de permitir o tratamento ambulatorial, **é objeto de incidente próprio** e, até o momento, segundo o acórdão impugnado, "não existe qualquer comprovação do alegado nos autos" (fl. 38) que justifique o deferimento do pedido formulado na origem, sobretudo porque **não houve sequer a 'apresentação de quesitos por parte da defesa com relação ao Incidente de Insanidade Mental, apesar de devidamente intimada'** (fl. 36, grifei).

Essa perspectiva, que também foi reforçada neste *writ*, pode ser compreendida como mera reiteração, o que não se admite no âmbito deste Superior Tribunal (**AgInt no HC n. 491.346/PI**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, DJe 2/4/2019).

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**